



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 004/2017

“Dispõe sobre a concessão de reajuste, a título de revisão geral anual, nos vencimentos do funcionalismo público da Câmara Municipal de Guanhães, e dá outras providências.”

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Guanhães, aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art 1º. Fica concedido reajuste, à título de revisão geral anual nos vencimentos dos servidores e funcionários da Câmara Municipal de Guanhães, na forma desta Lei.

Art 2º. O reajuste será de 10,00% (dez por cento), a incidir sobre os vencimentos de todos os funcionários e servidores da Câmara Municipal de Guanhães.


Art 3º. O reajuste previsto nesta lei terá como data base o mês de março de 2017, conforme disposto na Lei Municipal nº 2.248/2007.


Art 4º. As despesas decorrentes da presente Lei serão as constantes das verbas orçamentárias próprias ou suplementares.

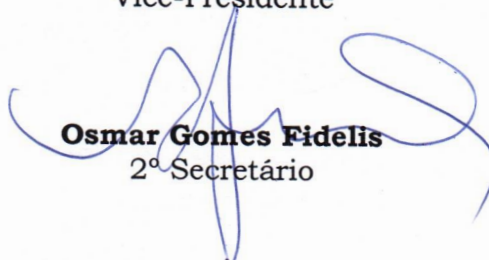
Art 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Guanhães/MG, 03 de março de 2017.


Evandro Lott Moreira
Presidente


Bruno Pires de Sousa
Vice-Presidente


Nivaldo dos Santos
1º Secretário


Osmar Gomes Fidelis
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA


O presente Projeto de Lei, proposto pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guanhães, visa cumprir determinação constitucional que, em seu artigo 37, inciso X, assegura revisão geral anual na remuneração dos servidores públicos.


Tal revisão se torna indispensável, na medida em que anualmente ocorre o aumento do salário mínimo nacional e estadual e, em consequência, há um aumento geral no valor do custo de vida, ficando defasados os valores pagos aos funcionários públicos da Câmara Municipal, que não podem ter seus vencimentos fixados com base no salário mínimo. Daí a necessidade do presente Projeto de Lei.

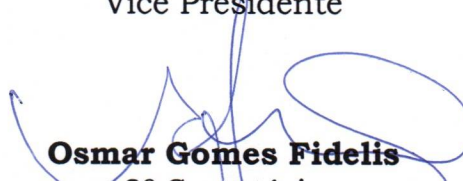
É necessário esclarecer que a porcentagem utilizada para o reajuste foi determinada com base no índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado nos últimos 12 (doze) meses, acrescido de um aumento de ganho real de 3% (três por cento).

Assim, na certeza que esse projeto será levado a Plenário para apreciação, votação e aprovação, reafirmamos a Vossas Excelências nossos protestos de elevado respeito e distinta consideração.


Evandro Lott Moreira
Presidente


Bruno Pires de Sousa
Vice Presidente


Nivaldo dos Santos
1º Secretário


Osmar Gomes Fidelis
2º Secretário